

Estudo Técnico Preliminar 5/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63158.000974/2025-86

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas: Desinsetização, descupinização, desratização, controle de pombos, dedetização, sanitização e controle de morcegos, visa atender as necessidades das OM subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval. O objetivo dessa contratação é manter o controle de vetores e pragas urbanas e de saneamento básico permanentemente nas áreas internas e externas das Organizações Militares, tendo, como finalidade, minimizar os impactos ao meio ambiente e adotar as medidas corretivas necessárias para preservar a integridade da saúde dos militares e funcionários civis, conforme estabelecidos nas normas e padrões de higiene ambiental definidos pela legislação federal, estadual e /ou municipal, regulada através de suas Secretarias de Saúde e Vigilância Sanitária de acordo com a Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999.

2.2. A não contratação destes serviços poderá acarretar transtornos administrativos, tais como: comprometimento da habitabilidade dos compartimentos; prejuízo à conservação dos estoques de alimentos não perecíveis e de sobressalentes nos paióis; confecção e manipulação dos alimentos por ocasião da preparação das refeições para as tripulações das OM; causar impactos ao meio ambiente e danos à saúde. Considerando que isso venha a ocorrer, esses impactos e danos causados à saúde poderão onerar ainda mais o erário no processo de manutenção, correção dos impactos e dos danos causados à saúde, entre outros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subseção de Intendência - Logística do ComFlotAM.	FÁBIO ADOLFO DE SOUZA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os itens deste Estudo são considerados comuns, uma vez que seus padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos neste processo, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Os itens deste estudo se constituem atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão.

4.3. O objeto a ser contratado possui natureza continuada, tendo em vista que é necessário para a manutenção da atividade administrativa e decorrente de necessidade permanente e prolongada, sendo, portanto, recorrente, e não pontual.

4.4. Não serão indicadas marcas ou modelos de bens fornecidos ou serviços prestados, tendo em vista que não há necessidade de padronização nem problemas de compatibilidade.

4.5. Não haverá vedação de marcas ou modelos de bens fornecidos ou serviços prestados, pois não foram identificadas marcas ou modelos que pudessem prejudicar o atendimento da necessidade da contratação.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que não se trata de materiais/serviços de alta complexidade e que podem trazer riscos à administração.

4.7. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 19% (dezenove por cento) do valor total do objeto. A subcontratação é permitida APENAS para aqueles itens destinados Capitania Fluvial de Tabatinga, localizada na Rua Duarte Coelho, 143 – Portobrás – 69640-000 – Tabatinga – AM, haja vista sua localização ser muito afastada das demais organizações Militares (todas situadas na área de Manaus-AM), tal fato pode contribuir para que a empresa que ganhe tais itens incorra em dificuldades logísticas para realizar(em) os serviços naquela cidade longínqua, fato que justifica a subcontratação. Portanto, os únicos itens que permitem subcontratação são os do item 10 a 18.

4.8. De acordo com o art. 1º da Instrução Normativa número 01-MPOG de 19 Janeiro 2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas; Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos itens.

4.9. As demais obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Conforme prevê o Art. 5º da referida IN: “A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos. (...)”

5.2. O levantamento de mercado dos itens foi conforme o previsto no inciso II.

5.3. Os valores obtidos na pesquisa foram avaliados criticamente, no sentido de que o preço médio não apresente grandes variações em seus extremos, não comprometendo a estimativa do preço de referência, representando de forma satisfatória os preços praticados no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objetivo que se espera desta contratação é manter a habitabilidade dos compartimentos; conservação dos estoques de alimentos não perecíveis e de sobressalentes nos paióis; confecção e manipulação dos alimentos por ocasião da preparação das refeições para as tripulações das OM; mitigar/prevenir impactos ao meio ambiente e danos à saúde, considerando que isso venha a ocorrer, esses impactos e danos causados à saúde poderão onerar ainda mais o erário no processo de manutenção, correção dos impactos e dos danos causados à saúde, entre outros.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O resultado total do quantitativo dos serviços a serem contratados por empresas especializadas foram alcançados, através da soma dos quantitativos de cada item contido nos subsídios, apresentados em planilhas pelos Encarregados de Divisão de cada Navio Subordinado a este Comando de Força e do Centro de Intendência da Marinha em Manaus encaminhados em meio magnético para a OM Líder, contendo as estimativas individualizadas de cada item a ser adquirido. Ademais, os cálculos que resultaram as demandas finais do “órgão participante” e do “órgão gerenciador” refletem ou necessidades das OM subordinadas. Outrossim, tais documentos serão anexados ao processo para eventual verificação.

As planilhas com as estimativas individualizadas de cada Órgão Participante e o mapa consolidado com a compilação de dados por OM constam no anexo deste ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.468.661,98

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.468.661,98 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 do Termo de Referência.

8.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

8.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

8.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento é possível e não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens específicos a serem adquiridos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não estão previstas no Calendário de Licitações do Comando do 9º Distrito Naval contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Manter a habitabilidade dos compartimentos; conservação dos estoques de alimentos não perecíveis e de sobressalentes nos paióis; zelar e preservar a confecção e manipulação dos alimentos por ocasião da preparação das refeições para as tripulações das OM; mitigar/prevenir impactos ao meio ambiente e danos à saúde, considerando que isso venha a ocorrer, esses impactos e danos causados à saúde poderão onerar ainda mais o erário no processo de manutenção, correção dos impactos e dos danos causados à saúde, entre outros.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não será necessário mudanças para viabilizar a utilização da solução, em virtude de que o objeto em lide visa manter o controle permanente de vetores e pragas urbanas e de saneamento básico nas áreas internas e externas, não alterando a estrutura das Organizações Militares.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratada deverá cumprir as práticas de proteção ao meio ambiente, nos termos da legislação em vigor, especialmente às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), não permitindo que materiais descartáveis e detritos de qualquer natureza sejam lançados em áreas impróprias para descarte, de modo a minimizar eventuais danos ambientais;

A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, mediante comprovante de recebimento, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata:

A Contratada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte, o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador;

A contratada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente;

Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da contratada que deve guardar os comprovantes da referida destinação;

O estabelecimento que as receber deve fornecer à contratada documento comprobatório de recebimento das embalagens;

A contratada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos aonde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados;

As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplex lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente; e

As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplex lavagem, devendo a contratada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.

Os agrotóxicos, seus componentes e afins a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no órgão federal competente, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura, conforme artigo 3º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLII, e 8º a 30, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

A contratada deverá apresentar declaração que cumpre, sem nenhum custo adicional para a MARINHA DO BRASIL, com o disposto na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI, no que couber, aplicando os critérios de sustentabilidade ambiental, observando a destinação final dos resíduos. Na falta de tal declaração será considerada aceita a condição desta alínea;

A respeito dos itens de controle de pragas e vetores é necessário que a empresa apresente: certificado do IBAMA, certidão de registro de quitação na validade (da empresa e do seu responsável técnico, em conselho de classe competente) conforme a Norma RDC No 52/2009 da ANVISA. Além disso, deve apresentar Certificados de treinamento de todos os membros da equipe técnica e Atestado de Capacidade acompanhado da CAT – Certidão de Acervo Técnico;

Quanto aos itens de saneamento básico, exige-se, além da licença ambiental, o Certificado de Regularidade do IBAMA; e

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, dispostas na Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, em especial ao art. 7º; e na Instrução Normativa nº 01/SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010. Os pormenores encontram-se discriminados em tópico específico do Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. Quanto à necessidade de classificar a aquisição nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não será necessário nenhum grau de sigilo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SANDIR ANTONIO DE FREITAS D ALMEIDA

Autoridade competente

FABIO ADOLFO DE SOUZA SILVA

Membro da comissão de contratação

ROBSON GOMES DA SILVA

Membro da comissão de contratação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: 02---Estudo-Tecnico-Preliminar---788100---5-2025---Pragas-vetores-e-saneamento-basico.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ROBSON GOMES DA SILVA (CPF ***.692.141-**) em 12/06/2025 13:39:25 -04 (AMT)



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

FABIO ADOLFO DE SOUZA SILVA (CPF ***.746.847-**) em 13/06/2025 11:36:34 -04 (AMT)



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

SANDIR ANTONIO DE FREITAS D ALMEIDA (CPF ***.522.577-**) em 13/06/2025 15:05:57 -04 (AMT)

* * * Cópia para verificação de assinaturas. * * *